

NOTÍCIAS E RECENSÕES

*Colóquio Internacional «Mémoires Juives d'Espagne et du Portugal»***I — Paris**

Este colóquio internacional realizou-se em Paris na Universidade de Paris IV — Sorbonne, de 14 a 16 de Dezembro de 1992, prosseguindo nos dias 17 e 18 na Universidade de Genebra, tendo sido laureado do programa KALÉIDOSCOPIE da Comissão das Comunidades Europeias (Bruxelas).

A organização foi da responsabilidade de docentes (Esther Benbassa, Aron Rodrigue, Lucie Bolens e Adalbert Giovannini) do Centro de Pesquisas sobre as Civilizações da Europa Moderna e do Instituto de Pesquisas sobre as Civilizações do Ocidente Moderno da Universidade de Paris IV — Sorbonne, das Universidades de Stanford e Genebra e ainda da Comissão Sépharad 92 (Genebra) e da Associação para a Promoção de Estudos sobre o Judaísmo do Oriente e dos Balcãs.

Em Paris, as comunicações estiveram subordinadas aos temas seguintes: «O Sefardismo dos exilados», «A Espanha ao encontro dos seus Judeus», «Memória Marrana e Inquisição», «A Hispanidade na Cultura», «Mundo Sefardita — Mundo Askenasita», «Cidades Sefarditas».

Este abrangente leque temático, aliado a uma organização impecável a todos os níveis, possibilitou a apresentação de uma série de 31 trabalhos originais de alta craveira científica, por docentes e investigadores oriundos de prestigiadas Universidades, Colégios-Universitários e museus, como a Sorbonne, Londres, Berlim, Lausanne, Madrid, Porto (Estado e Portucalense), Clermont-Ferrand, as americanas de Harvard, New York (Estado), Indiana, Arizona, Michigan, com uma natural incidência das Universidades Israelitas, nomeadamente a Universidade Hebraica de Jerusalém, Tel-Aviv, Bar Ilan, Givat Haviva, Yad Tabenkin e Open University; University College (Londres), Franklin and Marshall College, Boston College, Museum de Atenas e Toledo.

Dado o valor das comunicações, aguardamos as respectivas actas para uma revisão crítica mais aprofundada, como merecem.

Gostaríamos apenas de sugerir que mercê do patrocínio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian e da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos, entre outros, estas Instituições em colóquios deste género poderiam incentivar o uso da língua portuguesa como outra língua oficial, tanto mais que uma grande maioria destes especialistas conhecem o português, necessário para pesquisas deste género.

Elvira Mea

II — Genebra

O ano de 1992 ficou triplamente assinalado como V Centenário do Descobrimento da América, da conquista do reino mouro de Granada e da expulsão dos judeus da Espanha, acontecimentos evocados pelo país vizinho na recente Exposição de Sevilha.

De entre as diversas comemorações centenárias destas efemérides, desejamos prestar alguma atenção ao último dos citados eventos, cujas numerosas evocações no seio das comunidades judaicas tiveram o seu epílogo no colóquio realizado, de forma articulada, em Dezembro de 1992, em Paris e em Genebra, subordinado ao tema comum em epígrafe — *«Memoires juives d'Espagne et du Portugal»*, que só por si traduz uma

certa nostalgia que as comunidades judaicas, descendentes dos judeus expulsos de Espanha, em 1492, e de Portugal, em 1496, sentem da Península, que tão fraternalmente os havia recebido.

Em Genebra, foi desenvolvida a temática tripartida: *os judeus da Península Ibérica, diáspora em terra de Islão e diáspora em terra cristã*.

A Comissão Organizadora quis e não se poupou a esforços para que Portugal estivesse também representado nas actividades científicas desenvolvidas em cada um dos referidos pólos do Colóquio, tendo obtido resposta pronta da Faculdade de Letras do Porto, onde o estudo da história das comunidades judaicas tem merecido a atenção de alguns dos seus docentes. Assim, em Paris, pôde contar com a colaboração dos Profs. Humberto Baquero Moreno e Elvira Azevedo Mea e, em Genebra, com a de José Marques.

Embora não seja este o momento de resumirmos os vastos e minuciosos programas para cada uma destas reuniões científicas, que, globalmente, fizeram a cobertura histórica da diáspora judaica desde os finais do século XV até à actualidade, não deixaremos de mencionar os títulos das comunicações para o efeito elaboradas pelos professores desta Faculdade de Letras, expressamente convidados:

- Humberto Baquero Moreno — *Le problème juif au Portugal après l'expulsion;*
- Elvira Azevedo Mea — *Le Saint Office de Coimbra: un tribunal de judaïsants, au XVI^e siècle. L'Inquisition comme source de la Diaspora.*
- José Marques — *Philippe III d'Espagne (II du Portugal) et l'Inquisition portugaise face au projet du 3.^e pardon général pour les nouveaux-chrétiens portugais, em 1602.*

É desnecessário ocuparmo-nos a descrever a perfeição e o rigor tradicionalmente demonstrados na organização de encontros científicos desta natureza, que, neste caso, não poderiam deixar de ser proporcionados à importância histórica da efeméride.

Mas para além de tudo isso, apraz-nos registar o elevado cunho de isenção e imparcialidade patente nos estudos apresentados e o espírito de fraterno convívio ecuménico que nos foi dado observar, durante os dias de intenso trabalho intelectual, aspectos, aliás, também sublinhados na sessão de encerramento pelo Prof. Adalbert Giovamini, da Universidade de Genebra, e um dos responsáveis pela organização do Colóquio nesta cidade, que conta com uma numerosa e activa comunidade judaica. O facto é de assinalar, mercê do profundo contraste com atitudes bem diferentes a que tivemos oportunidade de assistir, em comemorações da mesma efeméride, em moldes que provocaram o explícito e inequívoco desagrado de conceituados historiadores de origem judaica.

Desta importante reunião científica ficou-nos a impressão de que, se, por um lado, a comemoração do V Centenário da expulsão dos judeus de Espanha atingiu elevado nível científico e constituiu uma oportunidade para as comunidades judaicas da diáspora reforçarem os laços de coesão entre si, por outro, parece evidente que, pelo menos no sector intelectual, alguma coisa está a mudar no contexto do ecumenismo estimulado pelo Vaticano II.

J. Marques

17.º Congresso de Ciencias historicas. Sección Cronológica, vols. I e II Madrid, Comité International des Sciences Historiques, 1992, 1203 p.

Quem já participou em algum dos Congressos Internacionais de Ciências Históricas tem experiência de como é difícil conseguir assistir à exposição e ao debate dos numerosos assuntos de interesse pessoal, apresentados nas diversas sessões simultâneas, nem sempre sendo fácil aperceber-se da verdadeira dimensão do volume de trabalhos e controlar, de forma exaustiva, as novas linhas de pesquisa e as inovações metodológicas submetidas à apreciação dos especialistas presentes. É por isso que o mais importante dessas magnas reuniões são sempre as *actas*, que permitem analisar criticamente as propostas formuladas e nem sempre devidamente apreendidas durante esses dias, úteis pela abundância de contactos estabelecidos.

Publicar as *actas* de um Congresso destas dimensões não é empresa fácil, mesmo que o problema do financiamento esteja previamente resolvido, pois outros obstáculos costumam surgir, a começar pela recuperação integral das comunicações.

Estas notas surgem da recepção dos dois grossos volumes mencionados em epígrafe, referentes à *Secção Cronológica* do 17.º Congresso Internacional de Ciências Históricas, realizado em Madrid, de 26 de Agosto a 2 de Setembro, de 1990. Com efeito, estes volumes constituem apenas uma parcela da volumosa produção científica a que a realização deste Congresso deu lugar, tendo sido distribuídos com a documentação, antes da sessão inaugural, os dois primeiros.

Como os coordenadores da edição destes volumes esclarecem nas *advertências editoriais*, foi necessário descentralizar a publicação das *actas*, de acordo com as diversas secções, até por razões económicas, acabando a secção de Grandes Temas, dedicados ao *Descobrimento da América pelos europeus e suas consequências*, por ser confiada à editorial mexicana «Fundo de Cultura Económica»; a secção denominada *Las megalópolis en la História: aspectos económicos, sociológicos y políticos* deverá ser editada em Londres; por sua vez, parte dos contributos apresentados na secção de Metodologia, sobre *Las concepciones europeas y asiáticas del tiempo en la historiografía* aparecerão no Japão, etc.

Não é viável dar nesta breve nota uma ideia aproximada da vastidão de temas expostos nas diversas secções, nas assembleias das várias Comissões Internacionais integradas no Comité de Ciências Históricas e nas várias mesas-redondas, mas convirá observar que temas como os das *Migrações na América pré-colombina*, *Os sistemas feudais na Ásia*, *O mundo rural e o movimento comunal*, *A modernização do Mundo Árabe*, *A evolução profissional da mulher e o seu estatuto social depois da Revolução Industrial*, *A organização do trabalho, na Idade Média e na Época Moderna*, *As relações entre Judeus, Cristãos e Musulmanos*, etc., dão bem a ideia da riqueza temática da *Secção Cronológica* do Congresso, arquivada nestes volumes de *actas*, aliás, condignamente apresentados.

Anunciada a publicação destes volumes, resta felicitar os seus organizadores — Professores Eloy Benito Ruano e Manuel Espadas Burgos — e formular o voto de que os volumes relativos às outras secções surjam sem demora, permitindo à comunidade dos historiadores — congressistas ou não — analisar os novos rumos de investigação histórica propostos neste Congresso.

SAEZ, Carlos — *Los pergaminos del Archivo Municipal de Alcalá, de Henares. La carpeta I*, Alcalá de Henares, Servicio de Publicaciones de la Universidad, 1990, 215 p.

SAEZ, Carlos — CASTILLO, Antonio — *El fondo medieval del Archivo Municipal de Alcalá de Henares*, Alcalá de Henares, Servicio de Publicaciones de la Universidad, 1992, 163 p.

As duas obras aqui apresentadas, não obstante estarem integradas num programa editorial de *Ensaíos y Documentos*, onde ocupam respectivamente os números 8 e 11, constituem também dos dois primeiros volumes da auspiciosa colecção «Fuentes Medievales Alcaláinas», que o Doutor Carlos Saez, Professor da Universidade de Alcalá, se propõe levar a cabo com o apoio de uma significativa equipa de alunos e docentes por ele coordenada. É, podemos dizê-lo, uma forma de tornar acessível à comunidade de investigadores interessados na história local de Alcalá de Henares e em temas de outras dimensões uma vasta e rica documentação, que permitirá conhecer melhor a realidade histórica, económica e social que circundava esta famosa Universidade. Além do enriquecimento científico e técnico que esta experiência de trabalho proporciona aos colaboradores deste projecto, a publicação desta importante colecção documental não pode deixar de ser considerada como um relevante serviço prestado à comunidade, ávida de conhecer o seu passado colectivo.

O facto de Carlos Saez ser o principal responsável por cada um destes volumes, que nos revelam documentação do Arquivo Municipal de Alcalá, há poucos anos reorganizado e aberto ao público, estimulou-nos a fazermos uma apreciação conjunta, até porque, além de se completarem, obedecem, substancialmente, aos mesmos critérios científicos e técnicos da edição de textos.

Convirá, no entanto, esclarecer que, se a primeira destas obras publica na íntegra quarenta e seis pergaminhos da *carpeta* ou pasta a eles reservada, cobrindo um período cronológico de mais de dois séculos e meio (1252-1536), o segundo ocupa-se de uma selecção de documentos do mesmo arquivo, distribuídos pelo período que decorre entre [1209-1214] e 1513, reservando para futuros volumes outras espécies arquivísticas que, pela sua extensão ou natureza, aconselham a organização de novos volumes autónomos.

A complementariedade destas duas obras está igualmente patente nos respectivos conteúdos. Com efeito, se na segunda predomina a documentação relativa à vida económica do concelho de Alcalá, na primeira depara-se-nos uma grande variedade documental — principalmente régia, episcopal e concelhia — de elevado teor qualitativo, desde *actas* ou deliberações tomadas em Cortes, privilégios e decisões episcopais, cartas régias de privilégios, posturas municipais, etc., etc., fontes do maior interesse para o conveniente esclarecimento da história local desta cidade, internacionalmente conhecida, mercê do reconhecido prestígio da sua antiga Universidade.

Como de início sugerimos, a organização destas colecções documentais, no essencial, resultaram do trabalho conduzido, no âmbito da prática paleográfica, por Carlos Saez, motivo especial suficiente para prender a nossa atenção, tendo verificado, como esperávamos, que, na generalidade, foram respeitadas as normas internacionais em vigor, não obstante alguma inovação na normas de transcrição seguidas para as adaptar ao caso castelhano. Pensámos, no entanto, que, a divisão e numeração das linhas, a não ser em casos especiais, que, eventualmente, as recomendassem ou exigissem, poderiam ser dispensadas, facilitando a leitura e oferecendo vantagens do ponto de vista económico e da simplificação da correcção das provas.

Os sumários destas duas colecções poderiam ter sido enriquecidos com a classificação paleográfica dos documentos, embora feita de forma abreviada.

Porque se trata de uma colecção nascente, valerá a pena optar definitivamente pela uniformização do tipo de letra a usar nos volumes seguintes, evitando perda de qualidade gráfica, idêntica à que se nota no segundo volume em relação ao primeiro.

Propostas estas observações, resta esperar que a equipa coordenada pelo Professor Carlos Saez prossiga este notável e benemérito serviço de publicação integral da documentação do Arquivo Municipal de Alcalá de Henares, em boa hora iniciado.

J. Marques

Livro do Concelho de Pontevedra (1431-1463). Transcripción e estudio por Angel Rodriguez González. Observacións codicolóxicas por Isidoro Millán González-Pardo, Pontevedra, Mureo Provincial, 1989, 349 p.

Libro do Concelho de Santiago (1416-1422). Transcripción e estudio por Angel Rodriguez González coa colaboración de M.^a del Pilar Rodriguez Suárez, Santiago de Compostela, Conselho da Cultura Galega, 1992, 449 p.

D. Ángel Rodriguez González, professor jubilado da Faculdade de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela continua a brindar a cultura galega (e os amigos) com a expressão do seu intenso labor científico e cultural, colocando ao alcance de todos fontes do maior interesse para melhor conhecimento da história da vizinha Galiza, nomeadamente em áreas tão nevrálgicas e sensíveis como são o municipalismo, e os numerosos problemas com ele interconexos, como o urbanismo, a higiene e saúde, habitação, comércio, almotaçaria, fiscalidade, manutenção da ordem pública, marginais, complexas relações de poderes, conservação do património arquitectónico civil, militar e religioso... e tanto outros aspectos que seria inviável enumerá-los nesta breve nota de apresentação.

Com efeito, no espaço de menos de dois anos publicou as obras em epígrafe, cuja importância foi largamente compreendida, respectivamente, pelo Museu de Pontevedra e Conselho da Cultura Galega, que não só disponibilizaram as verbas necessárias para a sua publicação, mas quiseram integrá-las nas suas colecções.

Porque se trata de obras de natureza idêntica, relativas ao século XV e preparadas pelo mesmo professor, pareceu-nos conveniente apresentá-las em conjunto, embora os estudos preliminares do *Livro do Concelho de Pontevedra* sejam mais extensos e enriquecidos com a análise codicológica que permite ter uma visão segura da estrutura da códice transcrito.

Não vamos deter-nos nos estudos da autoria do professor Ángel Rodriguez González — como sempre de clareza meridiana — ele que tão bem conhece a riqueza e importância desta documentação e como tal sabe valorizá-la, nem no exaustivo estudo codicológico. Em trabalhos desta natureza, os críticos de bisturi afiado, podem encontrar sempre um ou outro motivo de reparo: uma abreviatura que não foi resolvida, uma palavra que deveria (segundo o seu critério) começar por maiúscula ou minúscula, um nome que talvez seja apenas uma profissão, etc., podendo ou não ter razão, já que neste diálogo com a obra nem sempre estão claras as razões que levaram o autor a tomar esta ou aquela opção.

Neste caso, a conhecida autoridade e larga experiência do professor D. Ángel Rodriguez González, que teve o cuidado de enriquecer as duas obras com sumários dos

documentos transcritos e índices onomástico, toponímico e de matérias dispensa-nos de enveredarmos por esse delicado caminho.

Em contraposição, consideramos preferível e de maior interesse para os leitores acentuar o real valor da publicação destas vereações municipais de Pontevedra e de Santiago de Compostela, inclusivé para nós portugueses, cuja escassez de vereações medievas é bem conhecida, podendo estas duas fontes ser de grande utilidade para uma história comparada, em múltiplos aspectos.

Por brevidade, limitar-nos-emos a assinalar o interesse linguístico destas fontes, agora que o galego conquistou foros de cidadania, mas as tendências linguísticas estão longe de se esbater e da desejável convergência, apoiada em bases científicas e histórico-linguísticas, em que as colecções documentais dos textos galaico-portugueses ajudarão a seguir os caminhos da diferenciação e os vestígios de pervivência linguística comum nas duas margens do Minho.

J. Marques

CUEVA, Fray Benito de la — *História de los Monasterios e Prioratos anejos a Celanova*, Edición, notas e índices por Maria Teresa González Balasch; introducción por José Ignacio Fernandez de Viana y Vieites, Granada, Servicios de Publicaciones de la Universidade, 1991, 337 p.

Uma compreensível desconfiança em relação a crónicas e monografias da Época Moderna, com relevo para as de proveniência monástica, tem levado a prestar pouca atenção à produção histórica das referidas centúrias. E, na verdade, quem conhece as reservas que merecem certas obras e tem presente a emulação clara ou subjacente à redacção de algumas crónicas monásticas e religiosas não deixará facilmente de encontrar argumentos para reforçar a sua posição.

A situação não é exclusiva de Portugal e na vizinha Espanha parece acontecer o mesmo. As generalizações, no entanto, são perigosas e podem implicar uma grave margem de erro e de injustiça.

Esta realidade é, de certo modo, comprovada por esta obra de Frei Benito de la Cueva, cuja edição foi preparada por Maria Teresa González Balasch e José Ignacio Fernandez de Viana e Vieites, professores de Paleografia e Diplomática, na Universidade de Granada, uma vez que na sua elaboração o autor utilizou abundante documentação.

Esta obra, essencialmente constituída pelo conjunto de monografias, mais ou menos breves dos antigos mosteiros convertidos em priorados do mosteiro de Celanova, não conseguiu ultrapassar radicalmente as características da historiografia seiscientista, e patenteia também a falta de preparação técnica do autor, por exemplo no campo da Paleografia, então, ainda longe de se constituir como ciência autónoma, mas tem o mérito de estar apoiada em largos recursos documentais. É por isso que, embora devendo ser utilizada com precaução e grande sentido crítico, agora que foi divulgada, passará a ser um importante repositório de informações sobre cada uma das comunidades estudadas e para a história do monacato do noroeste peninsular.

J. Marques

Para uma visão global da História Militar. Actas do I Colóquio, promovido pela Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, 1990, 258 ps.

A evolução por que tem passado, nas últimas décadas, o ensino da História, sobretudo a nível universitário, mercê de certas correntes, que, não obstante a sua validade, se transformaram em *moda*, foi marginalizando a história política e, qual fruto mais que amadurecido, deixou cair a história militar.

Se o contexto histórico do pós-Segunda Guerra Mundial era propício à concretização deste fenómeno no domínio das ciências históricas e à eclosão de novas sendas de investigação, a progressiva obliteração desses dois sectores da História não deixou de constituir um grave empobrecimento cultural, dificultando, por vezes, a conveniente compreensão de outras realidades históricas. Entretanto, nem por isso, deixou de haver desacertos políticos e convulsões bélicas profundamente condenáveis..., acontecimentos de curta ou média duração a que os historiadores não podem voltar as costas por mais trágicos que tenham sido e especialmente porque alguns tiveram efeitos tão desastrosos. Não admira, por isso, que nas áreas geográficas culturais que primeiro abandonaram a história política e militar se haja retomado e vá crescendo o interesse por esses dois campos da investigação histórica, à luz de uma conceptualização moderna, diremos mesmo, actualizada, já que a «história total», de que tanto se fala em contraponto com a estreiteza da excessiva especialização, mutilaria a sua perspectiva globalizante se continuasse a excluir as vertentes política e militar.

É neste sentido de recuperação que se deve entender o resultado conjunto deste I Colóquio, promovido pela Comissão Portuguesa de História Militar, aliás, subordinado ao título «*Para uma visão global da História Militar*».

Do conteúdo destas *Actas*, agora acessível a todos os interessados, importará salientar a sua amplitude temática, que perpassa pelos problemas de natureza historiográfica e das respectivas fontes, pela estratégia em épocas remotas e mais recentes e sua evolução na sequência das novas técnicas e tecnologias, e ainda pelo relacionamento com a Igreja e com as ideologias políticas dos dois últimos séculos, até às delicadas problemáticas inerentes à Instituição Militar na actualidade e suas perspectivas para o futuro. Quer dizer: a História Militar está a recuperar dimensão e dignidade culturais, que a tornam atraente e indispensável no quadro das Ciências Históricas, não sendo difícil prever que, em breve, as Universidades a inscreverão no elenco das suas disciplinas opcionais e dos seminários de Mestrado.

Por tudo isto, é desejável que as *Actas* deste I Colóquio sobre História Militar e de outros futuros sejam convenientemente divulgadas, o que, infelizmente não é corrente com importantes publicações de procedência militar.

J. Marques

VALLECILLO TEODORO, Miguel Angel — *Arte religioso en Olivenza*, Badajoz, Diputación Provincial, 1991, 198 p.

A quem conhece a história da antiga vila portuguesa e agora cidade espanhola de Olivença não passam despercebidos o orgulho e a estima com que os oliventinos falam do passado português, visível na riqueza e profusão dos seus monumentos, testemunhos perenes, sobretudo, dos períodos gótico, manuelino e barroco e no interesse com que se dedicam à sua preservação e, mais recentemente, ao estudo sistemático da língua portuguesa.

Na verdade, o que de mais nobre há nesta cidade é obra dos portugueses, começando no alcácer do antigo castelo, cujas muralhas foram substituídas pelas da época da Restauração, e prosseguindo pelas igrejas e capelas, com relevo para as de S.^{ta} Maria do Castelo, S.^{ta} Maria Madalena, da Misericórdia, etc.

É precisamente a profusão e riqueza artística aí criada pelos portugueses que Miguel Ángel Vallecillo Teodoro nos apresenta numa visão de conjunto, nesta obra que constituiu a sua dissertação de licenciatura, elaborada sob a orientação do professor D. Román Hernandez Nieves, que nos chegou pela mão do Dr. Alfonso Limpo.

Não é nossa intenção proceder a uma análise crítica da obra, oportunamente apreciada por mestres competentes, nem disporíamos de espaço suficiente para tal. Desejamos, contudo, dar a conhecer entre nós esta obra, que, na medida do possível, o autor procurou levantar sobre dados arquivísticos seguros, parcialmente publicados em apêndice.

Desde o gótico ao manuelino, renascença e barroco, aqui se encontram magníficos exemplares a reclamarem uma visita dos portugueses apreciadores da arte que os nossos maiores aí produziram. E se os cultores da arte manuelina têm como principal motivo de atracção a igreja de S.^{ta} Maria Madalena, não faltam também os grandiosos retábulos, escultura e azulejaria barrocos da igreja da Misericórdia, a talha retabular e a excelente árvore de Jessé de S.^{ta} Maria do Castelo, que escapou ao inventário do malgrado Prof. Flávio Gonçalves.

E gostaríamos de referir que a par destes exemplares da arte portuguesa olivençina, há outros repositórios artísticos, que são os conventos na roda do tempo levantados dentro dos muros desta antiga vila alentejana, que não poderemos nem queremos silenciar.

Feita esta chamada de atenção para uma obra sobre História da Arte Portuguesa, em Olivença, actualmente sob domínio espanhol, para além do que o sentido crítico dos especialistas na matéria possa acrescentar, gostaríamos de exprimir o desejo de que esta obra, feitos eventuais retoques de pormenor, apareça, um dia, em adequado formato de impacto comercial e profusamente ilustrada a cores, que a qualidade dos monumentos e obras de arte dos seus interiores bem justificam tal investimento.

J. Marques

«Ruta Cicloturística del Romanico Internacional», Pontevedra, IX, 1991; X, 1992.

Esta revista, órgão da *Fundação Cultural Rutas del Románico*, fundada e dirigida por José António Rodríguez Mouríño, embora não se apresente com pretensões de nível superior, conta com a colaboração de vários docente universitários espanhóis, que muito a valorizam.

O seu objectivo primário é a divulgação do conhecimento da arte românica, mediante a realização frequente de visitas de estudo por caravanas de cicloturistas, que periodicamente vão concretizando o seu projecto, subordinado à divisa «*Per ludum ad bonarum artium studia*», isto é, «pelo desporto (neste caso, o *ciclismo*) à cultura». Grande parte de cada um deste volumes é preparada pelos membros desta comitiva que, *in loco*, desenham integralmente os monumentos visitados ou recolhem os elementos fundamentais para desenho ulterior, sem descuidar a recolha de informações bibliográficas. Desta forma, além do conhecimento directo adquirido pelos participantes e da

difusão desta arte, valoriza-se o aspecto pedagógico, urgindo salientar a divulgação que faz de outros aspectos e agentes culturais da região com mais dificuldades de se darem a conhecer convenientemente, contribuindo, assim, para se afirmarem junto de um público mais vasto, ocupando um lugar privilegiado, neste aspecto, a música coral, representada pelos coros «Ultreia», que tanto tem divulgado o canto gregoriano, «El Eco» com cento e dez anos de existência, «San José», a orquestra de câmara «Boa Vila», etc.

A nota de internacionalidade salientada no título desta publicação periódica não reside apenas no facto de incluir também o vizinho românico português, pois o propósito de que o seu conteúdo ultrapasse as fronteiras com Portugal e as pirenaicas é notórios nos resumos em inglês, francês, alemão, italiano e português apostos aos diversos artigos científicos.

Há ainda uma outra nota que nos apraz registar e que não é comum em revistas científicas, nem predominantemente de divulgação. Referimo-nos às páginas finais em Braille, destinadas a invisuais, iniciativa digna do maior aplauso, que fica como desafio dirigido, em especial, aos responsáveis por publicações pagas com dinheiros públicos.

Às suas características de órgão difusor de cultura, temos de associar o facto de a sua distribuição ser gratuita, mercê das disponibilidades da Fundação que a organiza e de apoios veiculados pela publicidade.

Em suma: iniciativa digna de aplauso.

J. Marques

Princesas de Portugal. Contratos matrimoniais dos séculos XV e XVI. Edição do texto latino e tradução de Aires A. Nascimento com a colaboração de Maria Filomena Andrade e Maria Teresa Rebelo da Silva, Lisboa, Edições Cosmos, 1992, 109 p.

Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Diário da viagem do Embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein. Edição do texto latino e tradução de Aires A. Nascimento com a colaboração de Maria João Branco e Maria de Lurdes Rosa, Lisboa, Edições Cosmos, 1992, 109 p.

Estava este volume prestes a entrar na máquina, quando o correio nos trouxe as obras em epígrafe, respectivamente, n.ºs 5 e 6 da Coleção «Medievalia» das Edições Cosmos, que, não obstante a falta de tempo para a apreciação atenta e minuciosa exigida por trabalhos desta natureza, não quisemos deixar de apresentar sumariamente.

Na verdade, as fontes documentais, literárias ou quaisquer outras devem merecer a preferência do investigador, até para evitar os deslizes para interpretações fantasistas que, por vezes, pouco ou nada tem a ver com a essência do objecto do seu conteúdo.

Dadas a estrutura e a natureza temática destas obras e a coincidência de o responsável pela edição dos textos latinos e das traduções ser o mesmo, decidimos proceder à sua apresentação conjunta, observando, desde já, que à pluralidade dos contratos matrimoniais reunidos na primeira destas obras se contrapõe o facto de a segunda ser integralmente constituída pelo relato da viagem dos embaixadores do imperador Frederico III, até Lisboa, para assistirem aos seus esponsais com a Princesa D. Leonor, irmã de D. Afonso V, que, a seguir, conduziriam à Itália.

Não vamos entrar na análise dos conteúdos destas obras, aliás acessíveis a qualquer leitor na versão portuguesa, mas consideramos oportuno acentuar o interesse

dos breves estudos introdutórios, da autoria de Aires A. Nascimento, que muito as enriquecem. Com efeito, no primeiro, atinente a *Princesas de Portugal*, o autor, além de valorizar os textos diplomáticos pelas possibilidades que oferecem de integração, dentro de certos parâmetros, num outro nível de *leitura*, superior à da mera funcionalidade jurídico-política-administrativa, ocupa-se da posição dos notários no plano da elaboração dos textos e da comunicação entre os outorgantes, abordando também, de passagem, os delicados e discutidos problemas da transcrição paleográfica, encarando-os, obviamente, na perspectiva do filólogo, etc., enquanto o segundo, relativo a *Leonor de Portugal*, tem como núcleo central o problema da reconstituição do texto, a partir do confronto do manuscrito de Viena com o manuscrito da British Library e com o texto impresso em 1503.

E se esta sumarássima enumeração de problemas basta para sobrelevar a importância destas duas publicações, que põem ao alcance dos investigadores dos séculos XV e XVI documentos para alguns inacessíveis nos originais latinos, não será demais declarar que o responsável pelas edições e as suas colaboradoras, bem como a Editorial Cosmos são credores de uma palavra de gratidão e de aplauso colectivo.

Embora as edições de fontes, sobretudo quando se apresentam de forma credível, pelo cunho de perenidade que lhes está subjacente se imponham e sejam de saudar e de estimular, face à galopante incapacidade de acesso directo a tais fontes, obrigam também a verberar a irresponsabilidade com que certas reformas curriculares, ao abolirem a obrigatoriedade do estudo do latim ao nível dos 10.º ao 12.º anos do ensino complementar, fecharam aos alunos as possibilidades de acesso não só ao conhecimento científico da génese e evolução da língua portuguesa, mas também da fácil aprendizagem da Paleografia e da Diplomática, da Epigrafia e Numismática, vedando-lhes, ao mesmo tempo, imensas potencialidades de futura investigação em períodos históricos anteriores aos finais do século XIII.

Só quem diariamente contacta com alunos de História e das áreas acima referidas (para não falar dos de Português-Francês, Filosofia e Direito) se apercebe como eles se sentem «traídos» por não lhes terem sido ministrados, no terceiro ciclo do ensino secundário, as bases da língua latina que tão úteis lhes haveriam de ser no futuro. Bem sabemos que há algumas escolas secundárias onde os docentes vão alertando os alunos para as vantagens de se inscreverem na disciplina de latim, de acordo com certas áreas do Ensino Superior, que pretendem seguir. Aí está uma correcta acção pedagógica, de que tais docentes nem sequer imaginam quão gratos lhes ficaram os alunos que seguiram a sua prudente orientação!

Pelo alcance cultural e científico que estas duas obras assumem face à generalizada e progressiva ignorância do latim, reiteramos o nosso aplauso ao Professor Aires A. Nascimento, extensivo às suas colaboradoras, à Presidência da Comissão Feminina, a quem cabe o mérito das encomendas, à Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses pelo patrocínio, e à Cosmos, que as integrou na sua jovem colecção «Medievalia».

J. Marques

La Première Communion. Quatre siècles d'histoire, sous la direction de Jean Delumeau, Paris, Desclée de Brouwer, 1987, 315 p.

É já um lugar-comum afirmar-se que a história nova trouxe à investigação um leque sugestivo de objectos diferentes. Trata-se do resultado da fecundidade imaginativa do historiador continuamente interessado em alargar o horizonte do passado cujo conhecimento importa cada vez mais desvendar e aprofundar.

Para preencher a lacuna, já apontada por Lucien Febvre em 1932, de uma história da Primeira Comunhão em França, surpreendente dada a sua importância e tradição na vida religiosa do país, ainda que a Idade Média a desconhecesse. Foi preciso esperar mais de meio século sobre o reparo, para surgir a iniciativa destinada à sua elaboração. Coube a uma equipa de investigadores do Seminário de Jean Delumeau, Professor do Collège de France, lançar mãos à obra.

Trabalho colectivo, pois, mas marcado por três preocupações originais: a da visão externa do acto festivo na ficção e no testemunho dos que vieram a deixar o cristianismo; a da colaboração pedida a historiadores protestantes; a da amostragem iconográfica do piedoso acontecimento, aliás pertinentemente documentado com belas e elucidativas ilustrações. Jean Delumeau, que assina o tão informativo prefácio, se nele traça magistralmente a orientação metodológica seguida e os objectivos visados, recusa-se a transformar o posfácio num repositório de conclusões. Na verdade, entende que estas devem os leitores tirá-las, pertencendo aos historiadores reunir «dossiers» cientificamente válidos para se conhecer e assinalar o passado.

No caso presente, chama ainda a atenção para as convergências entre a comunhão-profissão de fé dos católicos e a confirmação-comunhão dos protestantes reformados.

Como toda a obra colectiva, se a homogeneização do texto fica, forçosamente, a perder, ganha a variedade das análises, embora venham ao de cima as diferenças de valia. A panorâmica resultante de tão sugestivo inquérito histórico permite-nos descobrir o aparecimento desta prática religiosa, inexistente até ao século XV, e o papel que veio a ter na vida social setecentista; a sua representação iconográfica e a função da imagem na relação significante-significado; a separação ocorrida entre comunhão particular e comunhão solene, hoje mais rito de passagem, festa familiar e da comunidade paroquial e transição para o domínio da profissão de fé, como compromisso no serviço da igreja; o lugar ocupado dentro da tradição luterana no protestantismo reformado novecentista.

Pela novidade do tema, por fim tratado numa dimensão historiográfica de absoluto rigor científico, a pedir continuidade de investigação e outros desenvolvimentos, é a leitura desta obra de indiscutível interesse.

João Francisco Marques

CHIRON, Yves — *Edmund Burke et la Révolution Française*, Paris, Téqui, 1987, 189 p.

É conhecida a influência de Edmund Burke (1729-1797) no pensamento contra-revolucionário europeu, para se rodearem de interesse ensaios na linha do de Yves Chiron, premiado pela Academia Francesa. Sabe-se, ainda, que Burke principiou a escrever o seu virulento panfleto, *Reflections on the Revolution in France*, em 1790, que

seria considerado uma das análises mais penetrantes sobre o famigerado processo revolucionário que marcou a história do mundo.

Irlandês, anglicano, conservador e humanista, Burke traçou uma visão catastrófica da Revolução de 89, numa reacção imediata e apaixonada aos acontecimentos que via desenrolarem-se, fulminando-os com uma condenação radical através da refutação dos princípios e ideias defendidos.

Estruturado em três partes, o ensaio de Chiron estuda sucessivamente o perfil do polemista como serventário do Estado e parlamentar; como opositor intransigente dos proclamados objectivos da Revolução Francesa; e, por fim, mentor destacado do doutrinarismo contra-revolucionário.

A história considerava-a o espelho mais acabado da complexidade humana. Por isso, fazia uma ligação constante entre o passado e o presente. Em sua condição de jornalista, tivera oportunidade de acompanhar criticamente a política da Inglaterra na questão irlandesa em que entendia dever solucionar-se o problema dos católicos não pelos abstractos direitos do homem, mas pela legitimidade que lhe conferem as considerações tecidas sobre o bem comum. Por sua vez, o caso específico da América leva-o a escrever o primeiro panfleto político onde defende um ideário assente na apologia da propriedade privada, fonte da iniciativa empresarial e da liberdade do comércio, o que lhe valeu a admiração de Adam Smith. O conhecimento, porém, que tinha da França, em que esteve por três vezes, permitira-lhe ajuizar acerca das jornadas revolucionárias que destruíram as instituições vigentes.

É assim levado a redigir as *Reflections* que logo tiveram um sucesso assinalável, a ponto de se esgotarem em Paris, onde uma tradução aparece nos fins de Novembro de 1790, em dois meses 10 mil exemplares, difundindo-se largamente no estrangeiro.

Filósofo da contra-revolução, Chiron lembra a influência que exerceu sobre Joseph de Maistre, Bonald e, mais tarde, Charles Maurras.

Apoiando-se não nos teóricos direitos do homem (*rights of man*), aliás nunca em rigor respeitados, mas nos direitos dos homens (*rights of men*), assegurava que só estes tinham em conta o quadro real e presente da sociedade. Embora marcado pelo iluminismo setecentista, sublinha Chiron com argúcia, Burke repudiou o homem novo, o «bom selvagem», tal como os filósofos enciclopedistas o viam, defendendo que a razão do indivíduo importava ser guiada ou, ao menos, apoiada pela religião e pelo poder constituído, que era de origem sagrada e cuja autoridade tinha por modelo a fraternidade divina e devia agir conforme as realidades concretas oferecidas. A história, como mestra da vida e da política, proporcionava lições através dos erros cometidos e males suportados pela humanidade. Aliás, como assinala Chiron, o tema da relação entre a natureza, a razão e a história viria a ser um dos mais debatidos no século XIX. Analista, mais do que doutrinador, Burke não foi apologistista de um liberalismo de direita, como pretendia certa historiografia das ideias políticas e, se alinhou na corrente teocrática, não defendeu o laicismo do Estado.

Acessível e penetrante, o estudo de Yves Chiron, dada a riqueza de análise, acaba por ser, ainda, uma sugestiva e útil introdução à obra de Edmund Burke.

João Francisco Marques

CHAUNU, Pierre — *L'apologie par l'histoire*, Paris, O.E.I.L./Téqui, 1988, 618 p.

Pierre Chaunu é autor de uma vasta obra historiográfica que reflecte a fecunda actividade do investigador, do mestre universitário, do colaborador da imprensa especializada e periódica. Em *Apologie par l'histoire* faz questão de assinalar que tem necessidade de escrever por uma espécie de higiene mental. É isso que marca esta dedicação plena ao mister que lhe consome a vida e se transforma em paixão. Dezenas de anos antes, em título quase similar, «Apologie pour l'histoire», legou Marc Bloch um testemunho logo tornado célebre acerca da utilidade da história. Nesta sua obra Pierre Chaunu sublinha que o move a defesa de tudo o que, para si, dá sentido à história e, na circunstância, dos valores da herança judeo-cristã, pagã, greco-romana e semito-cristã.

São seis centenas de páginas onde reuniu perto de dois anos de contacto assíduo com um público que o lê e escuta. Melhor: acabam por ser 156 textos, entre artigos, entrevistas, intervenções diversas e escritos inéditos, datados mais propriamente de Abril de 1985 a Fevereiro de 1987. O pretexto, para além dessa bulimia de comunicar é a luta em prol da verdade e a extroversão febril de convicções, em que o homem religioso leva vantagem. Por educação, confessa, coerência e prática universitária, sente-se impelido a conciliar a tradição cultural judeo-cristã com a perspectiva iluminista.

A sistematização de escritos tão heterogêneos é feita através de um tríplice propósito apologético: defesa pelo «Sentido», sem necessariamente atingir a veemência; defesa pela «Continuidade» na convicção, porém, de que a história também é ruptura; defesa pela «Continuidade da Vida», aspecto mais difícil ante o duplo risco da implosão do mundo industrial, com ameaça para a sobrevivência da parte mais rica e inteligente da humanidade, e do declínio da informação global no seio do universo. Prestes a perfazer 70 anos, Chaunu continua fiel ao que o levou a enveredar pela história: conhecer e explorar o que há de apaixonante no passado humano.

A maioria dos textos compilados é resultante da leitura e reflexão de obras, que se iam publicando, ao menos pelo interesse do tema e originalidade da investigação. Motivaram-no, ainda, certos acontecimentos ou notícias de impacto, veiculados pelos meios de comunicação social, em que o historiador, o pedagogo e o pregador evangélico encontrou razões imperiosas para um comentário doutrinário. Contemplado com o prémio Europa «Litterature/Histoire 1988», *Apologie par l'histoire* é, por tudo, um belo repositório e penetrante conta-corrente de autores e obras contemporâneas, de sugestões e análises pertinentes, de confissões e testemunhos, reveladores de um historiador vivo, de um cronista atento e de um interventor apaixonado pelo que lê, escuta e observa. Em suma: pela história que se faz e escreve.

João Francisco Marques

HILPISCH, Dom Stephanus — *Histoire du Monachisme Benedictin*, traduit de l'allemand par E. de Solms, O.S.B., Paris, Téqui, 1989, 421 p.

Aparecida em 1929, a obra do alemão Stephanus Hilpisch é uma síntese histórica que pretende abranger milénio e meio de monaquismo beneditino na multiplicidade de seus mosteiros, reformas e personalidades marcantes, bem como na vastidão da sua actividade religiosa, missionária e cultural, desde as origens até aos inícios do século

presente. Projecto arrojado, sem dúvida, mesmo deixando deliberadamente por tratar o ramo feminino da antiga e tão prestigiada ordem.

O processo narrativo utilizado, que a versão francesa deixa fluir numa linguagem corrente, facilita a leitura e vai ao encontro da finalidade divulgativa da obra, acabando mesmo por sentirmos que o pendor crítico cede ao panegírico. O Autor tem consciência da amplitude da empresa, a ponto de rotular o trabalho de tentativa, dada a superabundância da matéria a historiar. E atribui a raiz das dificuldades ao facto da autonomia usufruída por cada mosteiro, concedida pela primitiva regra de S. Bento, ser de tal natureza que a história do monaquismo beneditino resulta, em grande parte, na história dos seus mosteiros. Mas, embora reduzidas ao mínimo, não se esquivam a apresentar referências bibliográficas que atestam a seriedade científica com que foi elaborado o texto, bem estruturado aliás, ao gosto da historiografia germânica.

Estendendo-se por uma introdução e quatro partes, detém-se na génese do monaquismo, para se espriar a seguir no aparecimento da ordem beneditina e sua difusão, na época dos dois mosteiros cabeças, Cluny e Cister, e da reforma da congregação antes de Trento, e, por fim, na restauração. O livro termina no primeiro quartel do século XX, em virtude da morte do Autor. Como este afirma, o que deixa por abordar mereceria bem mais um volume. Na verdade, a penetração na América dos beneditinos pode comparar-se à missão evangelizadora que efectuaram na Europa medieval. E mais avulta ainda se lhes juntarmos a desenvolvida em outras regiões do mundo, inclusivé em países africanos, onde muito faz na educação da juventude e cultivo da terra, através de fundações modestas, porém adaptadas a novas mentalidades. De notar que não faltam sequer menções a Portugal e ao Brasil, podendo alargar-se até nós o interesse pela leitura desta obra.

João Francisco Marques

DELATOUCHE, Raymond — *La Chretiente Medievale*. Um Modele de Developpement, préfaces de Regine Pernoud et Jean Gimpel, Paris, Téqui, 1989, 222 p.

Numa altura em que o termo e noção de «desenvolvimento» irrompem em força no vocabulário da política mundial pós-moderna, justifica-se a publicação de obras de perfil histórico concebidas como a presente. O Autor, de formação académica arquivista-paleógrafo, é especialista em temas económicos e sociais da Idade Média, em França havendo subscrito já, com Roger Grand, Regine Pernoud e Jean Gimpel, trabalhos de inegável valia.

Poderá a cristandade medieva ser tomada como modelo de desenvolvimento, ao menos em seu último século, dada a expansão agrícola e o aumento populacional então registados? Eis a questão a que se procura responder através de um inquérito historiográfico, conduzido com mestria, ao longo de doze séculos, dentro de uma análise comparativa de singular acuidade. A sociedade medieval, que se desenvolveu segundo um paradigma de relações solidárias, de criação de excedentes, de economia de mercado e livre concorrência, tem a cimentá-la valores religiosos que a ajudaram a crescer humana e culturalmente. A catedral surge assim, no horizonte urbano, como «suma e cume», pautando uma harmonia colectiva, a caminhar na paz. Insistência, talvez, algo idílica do Autor que pretende ver projectados na simbólica estrutura deste edifício sagrado, na vertical o povo e suas ocupações e, na horizontal, a síntese da religião que a cimenta e instrui. Daí, o passado não esclarecer só o presente, mas propor-

-Ihe também directivas que poderão evitar às gerações futuras os percursos inúteis e os caminhos ruinosos. Sublinha-se que as reflexões moralistas disseminadas pela obra não obscurecem a fundamentação da tese defendida, por apoiada em rigorosa base histórica. Assunto, de resto, actual a deste aliciante ensaio onde se faz uma apologia da agricultura como factor primeiro da economia mundial.

João Francisco Marques

COLETTI, Vittorio — *L' éloquence de la chaire*. Victoires et défaites du latin entre Morfen Age et Renaissance, traduit de l'italien par Silvano Serventi, Paris, Les Éditions du Cerf, 1987, 245 p.

Pregar é comunicar oralmente uma mensagem religiosa em ordem a obter a adesão dos ouvintes a quem o orador sacro se dirige. O suporte verbal da mensagem é a língua falada. O catolicismo, sendo uma religião do livro, é reconhecidamente também um facto de linguagem. Mas, se a igreja romana utilizou, desde início, o latim como língua sagrada, em que fora vestida a Sagrada Escritura e era empregue na liturgia, como seria possível atingir a massa dos fiéis, gente rústica e inculca, levando-a a uma compreensão da doutrina cristã e à participação no ritual, através do entendimento do sentido dos textos, sem o recurso à língua vulgar usada no quotidiano? Eis o ponto de partida para a análise histórica que tentou Vittorio Coletti, historiador da língua, na presente obra em que estuda o papel da pregação em língua vulgar, mostrando como esta acaba por veicular uma expressão mais complexa do que a exigida pelo simples uso corrente. Defende mesmo que, se é certo que a laicização do mundo e da cultura se torna um factor decisivo para a causa da língua vulgar, suscitando a reacção dos eclesiásticos, será forçoso admitir que os sinais mais evidentes de uma aproximação nova entre a cultura e a língua aparecem primeiramente no universo religioso, a ponto de ultrapassar os preconceitos que entravam a afirmação do idioma nacional.

O subtítulo da obra esclarece o caminho seguido neste inquérito histórico intentado pelo Autor: «Vitórias e derrotas do latim entre a Idade Média e a Renascença». No contexto desta longa duração, que se estende do século XII ao XVI, onde as vicissitudes concretas capazes de influir na evolução da língua acabam por ser não apenas as linguísticas, mas também as culturais, sociais e pedagógicas, no diálogo entre as instituições e a população, assiste-se ao embate que o latim sofreu das línguas locais e do próprio lugar, tendo a pregação desempenhado um papel privilegiado. De realçar a atenção dada: aos heréticos na imposição da língua vulgar à igreja, através da polémica levantada com a hierarquia eclesiástica ao apelarem para uma nova moral que acatasse os princípios fundamentais de uma cultura cristã; ao período da recuperação católica em que, ao menos a partir do século XIV, mercê da pregação, a igreja romana se abre aos idiomas nacionais, tanto pela necessidade sentida de verter em língua vulgar as orações mas de utilizá-la, também, nos textos místicos e intimistas, como os de Santa Catarina de Sena, e nas criações literárias e para-literárias de inspiração religiosa; à recuperação que, durante um século, em particular o século XIV, a cultura laica italiana decididamente humanista faz, tornando-se a língua cultural por excelência e o instrumento privilegiado de uma reflexão moderna; ao emprego da língua vulgar na instrução religiosa antes do Concílio de Trento que levou este a debruçar-se sobre as traduções da Bíblia e a sua penetração na liturgia. A intensificação da pregação aos fiéis acabará

então por ser o único domínio aberto à língua vulgar eclesiástica que nos últimos decênios do século XVI adquirirá uma extensão cada vez maior. E é assim que se vê o sermão perder a sua finalidade didáctica para se converter em manifestação de arte oratória, passando o «ensinar» a ser dominado plenamente pelo «deleitar».

A investigação a que a elaboração desta obra conduziu o Autor, aliás de escrupuloso rigor científico, a clareza expositiva, profundidade e riqueza de conteúdo tornam-na numa referência indispensável para o estudo das relações entre a religião e a língua, nomeadamente através da oratória sacra italiana da Idade Média à Renascença.

João Francisco Marques

CASSIRER, Ernest — *L'Idée de l'Histoire*, les inédits de Yale et autres écrits d'exil, presentation, traduction et notes par Fabien Capeillères (traduction avec collaboration d'Isabelle Thomas), Paris, Les Éditions du Cerf, 1988, XXXV — 227 p.

Não resta dúvida que a reflexão epistemológica sobre a história, como realidade e conhecimento, desperta natural interesse, se proveniente de um filósofo. E sobretudo se ele se apresenta com a envergadura de Ernest Cassirer, nome justamente célebre da cultura contemporânea. Falecido em 1945, legou-nos uma ampla bibliografia, para o que a docência universitária muito contribuiu. Ficaram, no entanto, em seu espólio textos por publicar. O livro *L'Idée de l'Histoire* reúne os denominados inéditos de Yale e outros escritos, aliás já publicados, numa compilação de Fabien Capeillères que subscreve a apresentação e tradução, oferecendo aos leitores interessados um trabalho de grande mérito. Cassirer, cujos estudos acerca das formas simbólicas são singularmente criativos, debruçara-se, tomando uma directiva epistemológica, no IV tomo do «Problema do Conhecimento» terminado em 1941, sobre o problema da constituição do saber histórico. Três anos volvidos, volta a reflectir acerca da história para inseri-la, e desta vez expressamente, no sistema da sua filosofia das formas simbólicas. Constata, porém, com pertinência o apresentador que não se trata de textos escritos para especialistas, mas para estudantes e historiadores. Daí o seu carácter propedêutico.

Os cinco primeiros tratam mais do lado teórico da filosofia da história, a partir da perspectiva do idealismo crítico, sem deixar, contudo, de pôr em evidência o seu lado prático. Os restantes cinco incidem, no âmbito da filosofia da cultura, sobre a filosofia da história, desde o século XV até ao contributo hegeliano. Atente-se, no entanto, que no centro do pensamento filosófico de Cassirer está sempre o homem, o ser concreto e não o ente transcendental. Entende-se assim que o vector dominante da sua ideia de história seja a vida do homem no seu percurso temporal em ordem à liberdade, o que trai obviamente a influência exercida por Hegel. Assim a opinião de que não há história senão a humana, e não só por serem os homens que a constroem, mas também porque todos os domínios da história agravitarem em seu redor. A própria história da história revela que a função desta é levar ao conhecimento, que não as restantes formas simbólicas, como a linguagem, o mito, a religião. O que se não descobre sem se tentar aprofundar a sua respectiva evolução histórica. E se o conhecimento histórico pode reivindicar uma especificidade e cientificidade, deve rejeitar e separar-se do mito e assumir a lógica que respeita às leis formais, aceites por todo o cientista, porque comum a todas as ciências. Será ainda de sublinhar que textos como os referentes à filosofia da história, ao conceito da história durante o Renascimento, à génese da teoria da história

no século XVII, com Descartes, Leibniz e Vico, e a filosofia kantiana da história, são páginas de uma profundidade e riqueza de perspectivas para reflexão e debate. a sublinhar o pendor teórico de um grande filósofo e epistemólogo e a justificar a leitura atenta desta obra densa por quantos se interessam pela história.

João Francisco Marques

TACKETT, Timothy — *La Révolution, l'Église, la France*, préface de Michel Vovelle, posface de Claude Langlois, traduit de l'américain par Alain Spess, Paris, Les Éditions du Cerf, 1986, 485 p.

O processo de viragem radical que, na França católica, o desencadear dos acontecimentos marcantes da Revolução de 1789 provocou, obviamente havia de atingir o clero, esteio da sociedade do Antigo Regime. A Constituição Civil, tornada objecto polémico para os defensores do estatuto tradicional privilegiado de todo o corpo eclesiástico e interesses da igreja, envolveria também problemas de consciência para seus ministros, factores suficientes de gerarem a confrontação aberta com a nova ordem imposta e o poder político emergente, imbuídos de laicismo e provocadores de ruptura. O juramento de 1791 seria um pretexto decisivo.

Para a historiografia sobre a Revolução Francesa que, dois séculos volvidos, não cessa de crescer, a obra presente do americano Timothy Tackett é contributo importante para o esclarecimento da temática em causa. Michel Vovelle, com a autoridade que lhe assiste, aponta-a como destinada a fazer data e a passar a ser de obrigatória referência. O abate sangrento da monarquia legitimista, garante do velho estatuto sociológico, forçava a corporação eclesiástica a lançar-se na empresa da sua imediata reorganização que passava pela inevitável mudança de mentalidades. O juramento exigido ao clero, se referendava por arrastamento a nova constituição, só legitimaria, porém, a sua aceitação se o compromisso fosse firmado em liberdade. Na circunstância, contudo, ele conotava-se com o assentimento tácito a uma política anti-clerical e anti-católica. O terreno do embate era, pois, à partida escaldantemente polémico e seria propício à clivagem crescente entre o progressismo católico e o conservadorismo imobilizador. Eis por que a impugnação do acto prescrito se tornaria num acontecimento-chave. Em período de radicais mudanças, tornou pertinente a relação entre a opinião pública e o comportamento social dos responsáveis pela comunidade. Aceita-se assim que um dos campos essenciais desta análise seja a região, através da leitura propícia à quantificação dos padres que aceitaram ou repudiaram o juramento e à ligação dialéctica com as opiniões dos leigos que pastoreavam. Pode ver-se, defacto, no estudo de Tackett que a influência de certos ministros sagrados e paroquianos se inscreve na linha das vantagens recíprocas, face à aceitação ou rejeição do juramento, tanto na esfera material como psicológica. Os novos curas, assaltados pelo temor de futura insegurança, e os leigos pela perda da autoridade política e influência actuam em conformidade. O contraste cidade-campo é, por isso, natural.

De notar que o «corpus» documental utilizado se baseia nos levantamentos, publicados ou inéditos, feitos pacientemente no decurso dos cem últimos anos. A análise intentada estrutura-se através do estabelecimento da metodologia seguida e do contexto histórico da posição concreta perfilhada pelo clero perante a exigência do juramento e da opinião generalizada dos franceses ante o mesmo. Chega o Autor, desta forma, a conclusões pertinentes que vão desde a constatação de que as tendências opostas verificadas entre o clero estariam ligadas ao modelo de padre «tridentino» e

«cidadão» e à mudança decisiva operada que alterou a face da França.

De facto, esta análise mostra a bipartição do país em clerical e anti-clerical que perduraria até ao nosso tempo, permitindo a verificação de que a cartografia da reacção eclesiástica é semelhante à da prática religiosa nos meados do século XX e mesmo convergente com a geografia política.

Trabalho de fôlego histórico-sociológico, baseado na ponderação do elemento quantitativo para melhor objectivação e dimensionamento tipológico, a nível do espaço rural e urbano, das pirâmides etárias e das origens familiares dos eclesiásticos, a obra de Timothy Rackett é um valioso e lapidar estudo monográfico que abre sugestivamente para mais vastas panorâmicas.

João Francisco Marques

SIGAL, Pierre André — *L'homme et le miracle dans la France médiévale (XI^e-XII^e siècle)*, Paris, Les Éditions du Cerf, 1985, 349 p.

O corpo atingido pelo mal: os deterioramentos físicos e as incapacidades psíquicas; os bens desejados e a protecção para os perigos quotidianos; a cessação dos castigos punitivos vindos do além e o regresso à vida dos entes queridos — tudo isto pretexto o apelo ao transcendente, à intervenção miraculosa no mundo dos mortais. O milagre é companheiro de todos os tempos e sociedades. Como o sentiam, porém, os habitantes da França medieva? Como perpassava no seu imaginário? Como o concebiam em suas mentalidades? Eis a temática escolhida por Sigal para o seu inquérito ao passado. Não se pense, todavia, que se trata de um objecto restrito. Pelo contrário. A sua integração na religiosidade, na economia, na sociedade, na literatura, na arte, na geografia, na hagioponímia é de uma evidência imediata. O espaço temporal escolhido foram os dois séculos logo após a viragem do primeiro milénio e a análise incide sobre o culto das relíquias que principia na alta idade média, atingindo, então, o seu apogeu.

O «corpus» documental resulta da pesquisa efectuada em tudo onde o autor antevia poder encontrar narrativas de milagres, nomeadamente: obras históricas, sermões, literatura hagiográfica. Conseguiu assim inventariar 5.000 milagres cuja maioria pertence a textos redigidos entre 1050 e 1150, provenientes da região a norte do Loire onde se situavam os grandes centros religiosos que dispunham de «scriptoria» e bibliotecas, podendo o contexto das narrativas deduzir-se do próprio carácter das intervenções miraculosas descritas. A concorrência dos santuários torna-se óbvia. Daí a finalidade das composições ser atrair peregrinos e esmolos, pela eficácia taumatúrgica das relíquias. Adverte, porém, o Autor que as fontes, ao darem informações sobre os milagres atribuídos, não transmitem com rigorosa fidelidade os factos sucedidos e a importância relativa dos diversos tipos de intervenções sobrenaturais em virtude das condições de redacção das obras que acabaram por influir no seu conteúdo. A imagem do milagre fica assim pendente da opinião do grupo social que zelava pelos santuários e das comunidades espalhadas em redor. Explica-se também desta forma a predominância de milagres colectivos e individuais; o recurso maior ou menor à tradição oral e ao imaginário fantástico; a incidência em cada um dos estratos sociais; os dados elucidativos sobre a inferior situação em que a mulher se encontrava. A utilização das relíquias, sublinha a propósito Sigal, teve ainda um importante efeito na extensão do conceito de milagre que permitiu a sua verificação não imediata como

acontecia nos operados em vida dos taumaturgos em que o efeito era imediato. Há, de resto, outros aspectos que interessam o leitor: a panóplia dos meios de acção taumatúrgica como reflexo da eficácia da santidade; a relação com os ex-votos; a difusão dos milagres e o contexto espaço-temporal; a intervenção miraculosa no quotidiano e nas suas franjas sociais.

Estudo singularmente fascinante pelo rigor histórico no tratamento de dados, em que o quantitativo surge com frequência, pela fecunda análise dos textos compilados, pela relação constante dos elementos destacados e pela exploração da multiplicidade de perspectivas: sócio-religiosas, psico-sociais, antropológicas. E justo será concordar que representa um contributo para a história do corpo e das mentalidades.

João Francisco Marques